



Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

Excelência,

A FEPICOP - Federação Portuguesa da Indústria da Construção e Obras Públicas, na qualidade de representante e em defesa dos legítimos interesses das empresas associadas nas associações do Setor, vem junto de Vossa Excelência expor e solicitar o seguinte:

O artigo 21º do Código do IVA exclui do direito à dedução o imposto contido, designadamente nas despesas relativas à aquisição, fabrico ou importação, à locação, à utilização, à transformação e reparação de viaturas de turismo, de barcos de recreio, helicópteros, aviões, motos e motociclos.

O mesmo normativo dispõe que se considera *“viatura de turismo qualquer veículo automóvel, com inclusão do reboque, que, pelo seu tipo de construção e equipamento, não seja destinado unicamente ao transporte de mercadorias ou a uma utilização com carácter agrícola, comercial ou industrial ou que, sendo misto ou de transporte de passageiros, não tenha mais de nove lugares, com inclusão do condutor”*.

Assim, desde que vigora o Código do IVA em Portugal que os agentes económicos entendem ser dedutível o IVA referente a veículos que, por definição no próprio livrete, sejam considerados veículos de mercadorias.

Os serviços da Administração Tributária Fiscal também se mostraram concordantes com este entendimento, aliás como se pode verificar, por exemplo na Informação Vinculativa relativa ao processo D051 2005028, com despacho concordante do Subdiretor-Geral dos Impostos, em substituição do Diretor Geral dos Impostos, em 28/09/2005.

De facto, o n.º 5 da referida informação vinculativa dispõe que:

*“- Se as viaturas forem consideradas como sendo de turismo (sê-lo-ão se no respectivo livrete forem consideradas como viaturas de passageiros ou mistas, com menos de dez lugares, incluindo o condutor), o IVA suportado na sua aquisição e respectivas despesas com reparações e conservação não é dedutível;*



*- Se as viaturas não se enquadrarem naquela disposição legal, isto é, se se tratar de viaturas classificadas no livrete como sendo de mercadorias ou, sendo mistas ou de transporte de passageiros, tiverem mais de nove lugares com inclusão do condutor (viaturas consideradas como não sendo de turismo), o IVA suportado na sua aquisição e respectivas despesas com reparações e conservação é dedutível, observados contudo, os condicionalismos previstos nos artºs 19.º e 20º do CIVA.”*

Acontece, porém, que atualmente tem sido outro o entendimento seguido pelos Serviços do IVA. De facto, aqueles serviços têm emitido diversas informações vinculativas no sentido de se considerarem como sendo de turismo, viaturas destinadas ao transporte de mercadorias e classificadas nos respetivos livretes como veículos de mercadorias, mas que, por terem “cabina dupla”, permitem transportar 5 ou 7 pessoas. Tais informações foram recentemente corroboradas pelo ofício circulado n.º 30152/2013, de 16 de outubro, da Área de Gestão Tributária do IVA.

Ora, este tipo de viatura é regularmente utilizado no setor da Construção para transportar equipamentos e ferramentas, bem como materiais a incorporar nos trabalhos a realizar, sendo, complementarmente, usada para transporte de operários para os locais onde se situam as diferentes obras.

Aliás no que concerne ao transporte de operários para as respetivas obras, as empresas do setor da construção adquiriram viaturas de cabina dupla para dar cumprimento ao estabelecido no artigo 54.º do Código da Estrada, o qual proíbe o transporte de pessoas em número que exceda a lotação do veículo e também o transporte de passageiros fora dos assentos (n.ºs 3 e 4).

Saliente-se ainda, que estas viaturas são compostas por cabina e caixa aberta – quase sempre de madeira – adequada ao transporte de materiais, inscrevendo-se claramente no âmbito do artigo 20º do CIVA que refere ser dedutível o imposto que tenha incidido sobre bens ou serviços utilizados pelo sujeito passivo para a realização, designadamente, de operações sujeitas a imposto e dele não isentas.

Está-se pois perante um tipo de viatura que não sendo exclusivamente destinado ao transporte de mercadorias, na medida em que, complementarmente a esse tipo de transporte, permite transportar 5 ou 7 pessoas, é efetiva e exclusivamente destinado a uso industrial cumprindo com o estabelecido na 2ª parte da alínea a) do número 1 do





artigo 21º do CIVA – “... ou a uma utilização com carácter agrícola, comercial ou industrial...”.

Tratando-se, como ficou demonstrado, de um equipamento utilizado no desenvolvimento da normal atividade das empresas parece-nos da mais elementar justiça que seja efetivamente reconhecido o direito à dedução do respetivo IVA referente aos gastos inerentes à aquisição e utilização desses veículos.

Nestas circunstâncias, solicita-se a Vossa Excelência que sejam dadas as adequadas orientações aos Serviços Tributários competentes para que seja modificado o entendimento que tem sido adotado em prejuízo evidente dos agentes económicos, procedendo-se à alteração do ofício-circulado emitido recentemente pela Área de Gestão Tributária do IVA em conformidade com a utilização de tais veículos.

Agradecendo, desde já, a atenção que venha a ser concedida ao assunto, apresentamos a Vossa Excelência os nossos melhores cumprimentos,

O Presidente da Direção

Ricardo Pedrosa Gomes

S/00182/2014-06-01